

Confusão e boa vontade na política cultural

A administração da Secretaria de Cultura não acompanhou as boas idéias que foram lançadas

A Secretaria de Cultura, Esportes e Comunicação Social do DF iniciou 1992 com a mudança de seu titular. Saía Márcio Cotrim, chegava Fernando Lemos. E encerra o ano desmembrando-se: 1993 verá a cultura e os esportes ainda reunidos em uma só pasta, mas separados da comunicação social. Segundo Fernanda Mee, produtora, há dois meses ligada à Secretaria (que, oficialmente, permanece com três pernas), “a própria experiência” ensinou que o mais sensato, operacionalmente falando, é deixar cultura e esportes desligados da comunicação social.

O que pensam os artistas e produtores de cultura do desempenho da Secretaria capitaneada por Fernando Lemos nesses últimos quase doze meses? Alguns deles foram procurados para que dessem a sua opinião sobre a pasta e suas relações com a cultura.

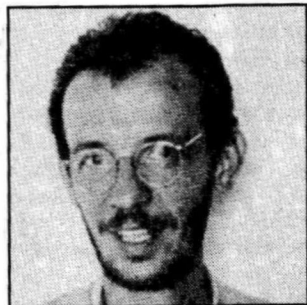
A orientação básica impressa por Lemos à frente da Secretaria foi, como ele próprio reiteirou em entrevistas, a de privilegiar “a formação e a informação”, ainda que isto não queira dizer negligenciar espetáculos e outros produtos, também merecedo-

res de atenção oficial. Dentro dessa política, organizou-se o Projeto Bolsa de Estudos, com a pretensão de oferecer, a um número o quanto possível amplo de cidadãos, especialmente os mais jovens, acesso a cursos capazes de ensinar como funcionam o teatro, a música, as artes plásticas, a literatura, de acordo com a experiência disponível no DF.

Angu — “Organizamos uma oficina, chamada Arte Ocasional”, conta Ralph Gehre, pintor, que trabalhou com o bailarino Giovane Aguiar, com quem divide espaço — ateliê de pintura e estúdio de dança — situado a 506 Sul. As referências foram Pollock e Klein, para as artes plásticas, e Paxton, para a dança. A idéia era a de oferecer um curso em que se ligasse o corpo às tintas e a experiência está “toda registrada em vídeo”, informa Ralph.

Chega o convite da Secretaria. Pintor e dançarino, que já pretendiam ministrar sua Arte Ocasional, aceitaram o convite e o curso foi incluído entre as diversas oficinas reunidas pelo Projeto Bolsa de Estudos.

“Foi muito confuso o relacionamento com a Secretaria, na parte administrativa”, avalia Ralph Gehre. Ele detalha suas queixas: houve “atrasos, informações erradas, não disseram que era uma oficina dupla”. A divulgação deu a entender que se tratava de bolsas integrais quando, por ser caro, o curso seria custeado



Gehre, Fernanda Mee e Fernando Lemos: administração prejudicou

pela Secretaria apenas em parte. “Virou um angu”, diz, com certo humor, o pintor.

“Com muito custo, conseguimos resolver isso”, conta. Ele reclama ainda de demora no pagamento que lhes é devido. “Recebemos a primeira parcela”, esclarece, falando na segunda-feira, dia 28 de dezembro. Mas elogia: “A idéia é maravilhosa. Agora, só faz sentido quando a parte administrativa é bem resolvida”.

Ralph Gehre entende ainda que os responsáveis pelas oficinas (em seu



lado governamental), Tetê Catalão à frente, foram “atropelados, ingênuos”, vítimas de entraves administrativos ou burocráticos além de sua vontade. Ele questiona a prática de se promoverem atividades sem que os recursos correspondentes estejam devidamente garantidos. Mas volta a ressaltar sua confiança na seriedade dos idealizadores do Projeto Bolsa de Estudos.

Patrícia Tavares, dona, com Elenice Maranesi, da escola de música Somus, na 109 Norte, lembra a “novida-

de” do projeto, mas aponta o “editai maluco” encarregado de divulgá-lo. A primeira idéia da Secretaria era a de entregar recursos diretamente aos alunos, que escolheriam escolas e professores e, com aqueles recursos, pagariam os oficineiros.

A intenção, generosa, embatucou. Alguns dos interessados (não poucos) são menores de idade, uma parcela deles carente, sem família ou residência — como é o caso da clientela atendida pelo Gran Circo Lar, com sucesso, segundo consta, há algum tempo.

Mudado o rumo dos procedimentos — entendeu-se que o dinheiro deveria ser passado às entidades e oficineiros, e não a seus alunos —, o Projeto pôde funcionar. “Deu para não ser um desastre”, diz Patrícia. Ela afirma que os envolvidos com o programa “escutaram sugestões e atenderam bem” os oficineiros que formularam reclamações.

Atenção à literatura — Fernanda Mee, que exerce informalmente, há dois meses, as funções de coordenar projetos de cursos, no âmbito da Secretaria de Cultura, reconhece que “as críticas são absolutamente pertinentes, os atrasos aconteceram, mas seria bom que pudéssemos entender os problemas como parte de um processo de aprendizagem. Trata-se de um projeto novo”, lembra.

O edital, privilegiando os candidatos às bolsas, e não os oficineiros ou

as entidades, gerou “uma sequência de problemas” que, por sua vez, responde pelos atrasos. Fernanda espera que, em 1993, os erros sejam evitados e o Projeto Bolsa de Estudos, mais maduro, possa correr mais fluído. Ressalta, no entanto, que o programa, com seu ineditismo, ao menos relativo, prova que “é possível renovar dentro da máquina” governamental. Refuta que tenha havido ingenuidade, ou apenas ingenuidade da parte dos idealizadores e executores do Projeto Bolsa de Estudos: “Houve uma certa ousadia”, diz ela.

Uma reunião com os oficineiros deve-se realizar na primeira quinzena de janeiro. Sugestões, críticas e propostas concretas são bem-vindas. Fernanda Mee lembra ainda uma vitória: “Conseguimos criar uma rubrica específica para cursos”. É preciso, no entanto, pode-se acrescentar, orçar melhor preços e prazos, para evitar congelamentos irrealistas no momento de pagar o trabalho dos oficineiros.

Destacando-se da discussão relativa às bolsas, o livreiro Ivan Silva lembra a necessidade de que exista, na Secretaria, “uma pessoa encarregada de literatura”. Ele entende ser “preciso criar um setor para tratar do assunto literatura, para dinamizar esta área na cidade”.

■ Fernando Marques